

# ENCLAVES FORTIFICADOS: A NOVA SEGREGAÇÃO URBANA<sup>1</sup>

Teresa Pires do Rio Caldeira

*Tradução do inglês: Heloísa Buarque de Almeida*

## RESUMO

O artigo trata da escalada da segregação urbana na área metropolitana de São Paulo, comparando-a com fenômeno similar em Los Angeles. A análise tem por referência central a disseminação, nesses centros urbanos, dos enclaves fortificados, espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, sobretudo em função do medo da violência, vêm atraindo as classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres. Discutem-se ainda as inter-relações desta realidade com as modernas concepções de planejamento urbano e arquitetura.

*Palavras-chave: segregação urbana; violência; São Paulo; Los Angeles; classes sociais; esfera pública.*

## SUMMARY

This article discusses the increase of urban segregation in metropolitan São Paulo, drawing comparisons with an analogous situation in Los Angeles. Analysis focuses on the expansion of fortified enclaves in these urban centers, the private, closed and monitored spaces for residence, shopping, leisure or work, which have attracted the middle and upper classes, increasingly fearful of violence. Meanwhile, the public space of the streets are turned over to the urban poor. The author also discusses how this real situation is interrelated with modern conceptions of urban planning and architecture.

*Keywords: urban segregation; violence; São Paulo; Los Angeles; social classes; public sphere.*

Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Conseqüentemente, nessas

(1) Este artigo foi publicado originalmente em *Public Culture*, 8(2), 1996, pp. 303-328. Baseia-se na análise desenvolvida em meu livro *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo* (Berkeley: University of California Press, no prelo). Agradeço à University of California Press pela permissão de usar material do livro. A pesquisa original teve apoio do Social Science Research Council, da Fundação Ford e da Inter-American Foundation.

cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.

Para discutir essas transformações, este artigo analisa o caso de São Paulo e toma Los Angeles como comparação. Em São Paulo, a maior região metropolitana de uma sociedade com uma das piores distribuições de renda do mundo<sup>2</sup>, a desigualdade social é óbvia e os processos de segregação espacial são particularmente visíveis, expressos sem disfarce ou sutileza. Na São Paulo contemporânea, com seus altos muros e grades, porteiros e seguranças privados armados, tecnologias de vigilância de toda sorte (câmeras de vídeo, cercas elétricas sobre os muros, portões eletrônicos etc.) e com seus contrastes impressionantes de riqueza ostensiva e extrema pobreza, muitas vezes vivendo lado a lado, o novo padrão de segregação espacial revela-se com clareza. Analisar a forma exagerada de um processo é uma maneira de iluminar algumas de suas características que poderiam passar despercebidas noutras situações. É como olhar uma caricatura. Assim, o caso extremo de segregação espacial de São Paulo ajuda a detectar um padrão que vem se espalhando por cidades do mundo todo, entre elas Los Angeles, ainda que geralmente de forma menos severa e explícita.

(2) Análise comparativa entre 55 países demonstrou que o Brasil é aquele com a distribuição de renda mais iníqua. Enquanto para 36 desses países a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres da população não ultrapassa 10, no Brasil chega a 30 (PNUD/Ipea, 1996, p. 18).

### Erguendo muros

As formas pelas quais a segregação social se increve no espaço das cidades variam historicamente. No começo do século, São Paulo era uma cidade extremamente concentrada e os diferentes grupos sociais viviam próximos uns dos outros, embora em arranjos residenciais radicalmente distintos: os ricos em casas espaçosas, os pobres amontoados nos cortiços. Da década de 40 à de 80, a divisão entre centro e periferia organizou o espaço da cidade. Durante a vigência desse padrão, grandes distâncias separavam diferentes grupos sociais: as classes média e alta ocupavam os bairros centrais e bem-equipados em termos de infra-estrutura urbana, enquanto os pobres habitavam a precária periferia<sup>3</sup>. Nos últimos quinze anos, no entanto, uma combinação de processos — alguns semelhantes aos que estão afetando outras cidades — transformou profundamente o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no espaço da cidade. São Paulo continua a ser altamente segregada, mas a maneira pela qual as desigualdades se inscrevem no espaço urbano mudou de modo considerável. Nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos.

(3) Para uma análise dos vários padrões de segregação urbana em São Paulo do final do século passado até hoje, ver Caldeira ("no prelo" e 1996).

As mudanças urbanas das décadas de 80 e 90 em São Paulo e o novo padrão de segregação espacial delas resultante têm que ser entendidos no contexto em que se combinaram quatro diferentes processos de mudança. Primeiro, a crise econômica que resultou na "década perdida" de 80, isto é, nos anos de recessão econômica, altas taxas de inflação, desemprego e

aumento significativo da pobreza. Pesquisas recentes demonstram que os efeitos da crise econômica foram especialmente severos para a população pobre e agravaram uma distribuição de renda já bastante iníqua no Brasil (Rocha, 1991; Lopes, 1993)<sup>4</sup>. Este processo de empobrecimento teve sérias conseqüências para a alocação dos pobres no espaço urbano. Basicamente, a periferia vem se tornando inacessível para os mais pobres. Desde a década de 40, as classes trabalhadoras vêm construindo suas próprias casas nas periferias urbanas por meio da autoconstrução — compram lotes baratos em áreas distantes da cidade sem infra-estrutura nem serviços, freqüentemente envolvendo alguma ilegalidade, e passam décadas construindo a casa de seus sonhos. Desta forma, os pobres urbanos se tornaram proprietários e consumidores, construíram suas casas e expandiram a cidade. Entretanto, seus esforços geralmente bem-sucedidos de melhorar a qualidade de vida na periferia por meio da organização de movimentos sociais ocorreram no momento em que a crise econômica começou a negar às novas gerações de trabalhadores a mesma chance de se tornar proprietários, até mesmo nas regiões mais distantes e precárias da cidade. Em conseqüência, a população mais pobre teve que se mudar para favelas ou cortiços nas áreas centrais da cidade ou para municípios mais afastados da região metropolitana. De acordo com estudo recente da Secretaria da Habitação de São Paulo, os moradores de favelas representavam 1,1% da população da cidade em 1973, 4,4% em 1980, 8,9% em 1987 e 19,1% em 1993, isto é, 1.902.000 pessoas em 1993 (São Paulo/Sempla, 1995, p. 77). As estimativas sobre a população em cortiços variam enormemente, mas são todas altas. A Secretaria Municipal de Planejamento estima que 15,8% (1.506.709) da população do município vivia em cortiços em 1991 (São Paulo/Sempla, 1995, pp. 79-80). Esse número é muito mais alto que o da Fipe para 1993: 595.110 pessoas, ou 6% da população (Fipe, 1994, pp. 7, 9, 11).

Segundo, essas mudanças nos anos 80 acompanharam o processo de abertura e consolidação democrática, que também teve seus efeitos no espaço urbano. Desde meados da década de 70, os movimentos sociais organizados por moradores da periferia pressionaram as administrações locais a melhorar a infra-estrutura e os serviços públicos de seus bairros, assim como a legalizar inúmeros loteamentos clandestinos e "grilados". Combinada às mudanças promovidas por eleições livres, essa pressão transformou as prioridades da administração local, direcionando para a periferia uma parcela maior do investimento em infra-estrutura urbana. Mais ainda, durante duas décadas de disputas em torno da propriedade urbana os movimentos sociais forçaram os governos municipais a oferecer várias anistias a empreendedores ilegais, que resultaram na regularização de inúmeros lotes e na sua inserção no mercado imobiliário formal. A contrapartida desses processos foi a diminuição da oferta de lotes baratos no mercado. Um vez que empreendimentos legais e lotes em áreas com melhor infra-estrutura são obviamente mais caros do que lotes ilegais em áreas precárias, não é difícil entender que os bairros que conseguiram essas

(4) Em 1991, o índice de Gini para o Brasil foi 0,636 (Censo). O índice de Gini varia de zero a um. Ele seria zero se todas as pessoas tivessem a mesma renda, e 1 se uma pessoa só concentrasse toda a renda nacional. Ainda que a região metropolitana de São Paulo tenha uma das melhores situações no país, o índice de Gini cresceu de 0,516 em 1981 (PNAD) para 0,575 em 1991 (Censo).

melhorias ficaram inacessíveis à população já empobrecida, que foi assim empurrada para favelas e cortiços.

Terceiro, durante os anos 80 as atividades econômicas de São Paulo começaram a ser reestruturadas. Seguindo o mesmo padrão de muitas metrópoles ao redor do mundo, São Paulo está sob um processo de terceirização. Na última década, a cidade perdeu sua posição de maior pólo industrial do país para outras áreas do estado e para a região metropolitana como um todo, tornando-se basicamente um centro financeiro, comercial e coordenador de atividades produtivas e serviços especializados — num padrão semelhante ao que ocorre nas chamadas "cidades globais" (Sassen, 1991). Esse processo tem vários efeitos no espaço urbano. As áreas industriais mais antigas estão sofrendo processos combinados de deterioração e *gentrification*<sup>5</sup>. Em algumas delas, especialmente em bairros centrais onde vivem vários setores da classe média, casas e fábricas abandonadas foram transformadas em cortiços<sup>6</sup>. Concomitantemente, a abertura de novas avenidas e de uma linha de metrô na zona leste gerou uma renovação urbana e a construção de novos prédios de apartamentos para as classes médias nessas áreas, alguns dos quais de acordo com o modelo dos condomínios fechados, discutido adiante. O processo mais recente, no entanto, é o deslocamento de serviços e comércio de áreas centrais para bairros da antiga periferia, especialmente nas zonas oeste e sul da região metropolitana. Muitos novos empregos terciários localizam-se em enormes centros de escritórios e serviços recém-construídos que se multiplicaram nessas áreas nos últimos quinze anos. Ao mesmo tempo, espaços comerciais estão se deslocando em razão da construção de grandes *shopping centers* em áreas isoladas do que costumava ser a periferia pobre e em virtude do abandono de antigas áreas de comércio para os sem-teto e camelôs.

Finalmente, o quarto processo de mudança relaciona-se mais diretamente ao novo padrão de segregação residencial urbana, porque fornece a retórica que o justifica: o crescimento do crime violento e do medo. Não somente a criminalidade tem aumentado desde meados da década de 80 em São Paulo, mas, sobretudo, houve uma mudança qualitativa no padrão da criminalidade. Nos anos 90, os crimes violentos representam 30% do total de crimes, proporção que era de 20% no início da década anterior. As taxas de homicídios na década de 90 chegam a quase 50 por 100.000 pessoas em São Paulo<sup>7</sup>. Um dos elementos mais graves no aumento da violência em São Paulo é a violência policial. No início da década de 90, a Polícia Militar de São Paulo matou mais de mil suspeitos por ano, um número sem similar em qualquer outra cidade no mundo<sup>8</sup>. Com o crescimento da violência, da insegurança e do medo, os cidadãos adotam novas estratégias de proteção, as quais estão modificando a paisagem urbana, os padrões de residência e circulação, as trajetórias cotidianas, os hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas e do transporte público. Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade.

(5) Na falta de um termo exato em português, manteve-se o termo em inglês (N. T.).

(6) Sempla (São Paulo/Sempla, 1995) e Fipe (1994) concordam que a maioria dos cortiços está em zonas centrais da cidade ou que constitui sua antiga zona industrial (Sé, Mooca, Vila Prudente etc.).

(7) Os crimes violentos têm crescido em várias metrópoles mundiais. Nos Estados Unidos, o número de crimes violentos *per capita* cresceu 355% entre 1960 e 1990, de acordo com relatórios do FBI. Em 1993, as taxas de homicídios por 100.000 habitantes em muitas cidades americanas eram mais altas ou comparáveis às de São Paulo. As taxas mais altas eram 80,3, em New Orleans, e 78,5, em Washington, DC. Outras taxas eram: 56,7 em Detroit, 50,4 em Atlanta, 34,1 em Miami, 30,5 em Los Angeles e 26,5 em Nova York (Dados do FBI, *Uniform crime reports for the United States*). É importante notar, contudo, que várias cidades americanas, notadamente New York, têm conseguido controlar o crime violento. Como resultado, 1996 foi o quinto ano consecutivo em que as taxas de crime violento, e especialmente de homicídios, decresceram nos Estados Unidos.

(8) Em 1992, a Polícia Militar de São Paulo matou 1.470 civis, incluindo os 111 prisioneiros mortos na Casa de Detenção. Naquele ano, a polícia de Los Angeles matou 25 civis, e a de Nova York, 24. Para uma análise completa do padrão de violência policial e do aumento da violência e da criminalidade em São Paulo, ver Caldeira ("no preto").

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Ergueram-se barreiras por toda parte — em volta das casas, prédios de apartamentos, parques, praças, complexos de escritórios e escolas. Edifícios e casas que comumente se ligavam às ruas por jardins hoje estão separados por altos muros e grades e têm equipamentos eletrônicos de vigilância e guardas privados armados. Com frequência, as novas adaptações criam um espaço esdrúxulo (por exemplo, grades no meio da escada de entrada de um prédio), já que são improvisadas em locais originalmente concebidos sem elas, em espaços desenhados para serem abertos. No entanto, essas barreiras já estão totalmente integradas aos novos projetos de casas, apartamentos, áreas de comércio e de trabalho. Uma nova estética de segurança modela todos os tipos de construção, impõe sua lógica de vigilância e distância como forma de *status* e muda o caráter da vida e das interações públicas.

Entre os vários elementos em transformação na cidade, os novos enclaves fortificados para moradia, trabalho e consumo das classes médias e altas são os que estão provocando as mais profundas mudanças. Apesar de terem diversos usos (alguns para moradia, outros para trabalho, lazer ou consumo; alguns mais restritos, outros mais abertos), todos os tipos de enclaves fortificados mantêm as mesmas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. Mais ainda, os enclaves constituem arranjos muito flexíveis. Em virtude de seu tamanho, das novas tecnologias de comunicação, da nova organização do trabalho e dos sistemas de segurança, os enclaves de escritório e de comércio, por exemplo, concentram tudo de que precisam dentro de um espaço privado e autônomo e podem se localizar em quase qualquer parte, independentemente de seus arredores. Eles não mais dependem de um centro urbano com alta densidade de serviços, como as antigas zonas de escritórios e comércio. Na verdade, muitos dos novos enclaves instalaram-se na antiga periferia, tendo por vizinhos as favelas ou concentrações de casas autoconstruídas. Por fim, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos, na maioria das vezes formados por classes médias e altas.

Enclaves fortificados representam uma nova alternativa para a vida urbana dessas classes médias e altas, de modo que são codificados como algo que confere alto *status*. A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais. Uma maneira de verificar isso no caso dos enclaves paulistanos é analisar anúncios imobiliários. A publicidade de imóveis ao expressar/criar os estilos de vida das classes média e alta revela os elementos que constituem os padrões de diferenciação social em vigência na sociedade. Os anúncios não só revelam um novo código de distinção social, mas também tratam explicitamente a separação, o isolamento e a segurança como questões de *status*. Em outras palavras, eles repetidamente expressam a segregação social como um valor.

**Anunciando enclaves segregados, forjando símbolos de *status***

A interpretação que se segue baseia-se na análise de anúncios de condomínios fechados publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1975 e 1995. Analiso os anúncios para tentar identificar o que tem captado a imaginação e os desejos das classes média e alta de São Paulo e indicar algumas das principais imagens que seus membros têm usado para construir seu lugar na sociedade. Nos últimos vinte anos, os anúncios elaboraram o mito de um "novo conceito de moradia" a partir da articulação de imagens de segurança, isolamento, homogeneidade, instalações e serviços<sup>9</sup>. A imagem que confere maior *status* e, portanto, a mais sedutora é a de uma comunidade fechada e isolada, um ambiente seguro no qual se pode usufruir dos mais diversos equipamentos e serviços e, sobretudo, viver apenas entre iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas às quais se pode retornar ao fim do dia para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde uma "convivência sem inconveniência" seria possível. A imagem dos enclaves opõe-se à da cidade, representada como um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis.

(9) As expressões entre aspas foram retiradas dos anúncios.

Condomínios fechados são sempre imaginados como mundos à parte. Os anúncios propõem um "estilo de vida total" que representaria uma alternativa à qualidade de vida oferecida pela cidade e seu espaço público. Sugerem a possibilidade de construir um mundo claramente diverso daquele do resto da cidade: uma vida de total calma e segurança. Pretendendo dispensar a cidade, os condomínios fechados tentam ser tão independentes e completos quanto possível, oferecendo os mais variados equipamentos para uso coletivo, que os transformam em uma espécie de clubes sofisticados. Nos anúncios, os equipamentos coletivos prometidos dentro dos condomínios fechados parecem ser ilimitados — de farmácias a salas de bronzamento, de bares e saunas a salas de balé, massagem e esgrima, hortas a bibliotecas, piscinas e solário a tabacarias e salas de vídeo.

Tais anúncios também oferecem uma extensa gama de serviços. Deixando de lado a segurança, eis alguns dos serviços mencionados nas propagandas: psicólogos e professores de ginástica para recreação das crianças, aulas de todo tipo e para todas as idades, organização de atividades esportivas, jardinagem, criação de pequenos animais, médicos, centros de massagem, preparo de comida congelada, administração doméstica, cozinheiras, faxineiras, motoristas, lavagem de carros, transporte e até empregados para fazer compras de supermercado. Se a lista não se encaixa nos seus sonhos, não se preocupe, pois "tudo o que você solicitar" também pode ser arranjado. A expansão dos serviços domésticos não é uma característica só do Brasil. Como Sassen (1991, caps. 1 e 8) demonstra para o caso das cidades globais, o processo de *gentrification* e de expansão de uma camada de assalariados ricos tem como corolário o aumento de empregos

de baixa remuneração; *yuppies* e migrantes pobres dependem uns dos outros. Em São Paulo, no entanto, o uso intenso de mão-de-obra doméstica é apenas a continuação de um padrão mais do que conhecido, ainda que nos últimos anos algumas relações de trabalho tenham se alterado e este tipo de trabalho tenha se tornado mais profissional.

A invenção de novos serviços domésticos cria alguns problemas, como o do controle do grande número de empregados. À medida que o número de trabalhadores de cada condomínio aumenta, que muitos empregos domésticos mudam seu caráter e que "serviços criativos" proliferam para as classes média e alta, que não querem viver sem eles, diversificam-se também os mecanismos de controle. As "administrações criativas" dos novos enclaves muitas vezes cuidam do gerenciamento do pessoal e estão em posição de impor formas mais estritas de controle que gerariam relações cotidianas insustentáveis se fossem adotadas nas interações mais pessoais entre patrões e empregados domésticos. Esse controle mais "profissional" constitui-se, portanto, num novo serviço e é anunciado como tal. O método básico de controle é direto e inclui dar poder a certos trabalhadores para que controlem outros. Em vários condomínios, tanto os empregados do condomínio quanto os empregados domésticos das diferentes famílias (mesmo aqueles que moram lá) precisam mostrar seu cartão de identificação para entrar e sair do condomínio. Frequentemente, eles e seus pertences pessoais são revistados nas portarias. Esse controle normalmente supõe homens controlando mulheres.

As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade — tanto da cidade e de sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas cotidianas — à base de serviços prestados por trabalhadores pobres. Dão armas a seguranças privados malpagos para controlar seu próprio movimento de entrada e saída de seus condomínios. Pedem a seus *office-boys* igualmente malpagos para resolver todos os seus problemas burocráticos, desde pagar suas contas e ficar em todo tipo de fila até transportar inacreditáveis quantias de dinheiro. Também pedem a suas empregadas domésticas — que muitas vezes moram nas favelas do outro lado do muro do condomínio — para lavar e passar suas roupas, arrumar suas camas, comprar e preparar sua comida e, frequentemente, cuidar de seus filhos o dia todo. Num contexto de medo crescente do crime, em que os pobres são muitas vezes associados à criminalidade, as classes médias e altas temem contato e contaminação, mas continuam a depender de seus empregados. Anseiam por encontrar maneiras mais eficientes de controlar essas pessoas que lhes prestam serviços e com quem mantêm relações tão ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança.

Outra característica dos condomínios fechados é o isolamento e a distância da cidade, apresentados como se isso oferecesse a possibilidade de um melhor estilo de vida. Este aspecto expressa-se, por exemplo, na ênfase à localização dos empreendimentos junto à "natureza" (áreas verdes, parques, lagos) e no uso de frases emprestadas da retórica ecológica. Entretanto, fica claro nos anúncios que isolamento significa separação

daqueles considerados socialmente inferiores e que o fator central para tal é a segurança. Isso significa grades e muros ao redor do condomínio, controle das portarias 24 horas por dia e toda uma parafernália de equipamentos e serviços — guaritas com banheiros e telefones, portões duplos nas garagens e guardas armados patrulhando as ruas internas. "Segurança total" é crucial para "o novo conceito de moradia". Segurança e controle são as condições para manter os outros do lado de fora, para garantir não só isolamento, mas também "felicidade", "harmonia" e até "liberdade". Em suma, relacionar segurança exclusivamente ao crime é não reconhecer todos os significados que o termo vem adquirindo. Os novos sistemas de segurança não apenas fornecem proteção do crime, mas também criam espaços segregados nos quais a prática da exclusão dos indesejáveis e a do controle dos "outros" que lá trabalham são exercidas cuidadosa e rigorosamente.

A elaboração de uma estética da segurança e a criação de segregação a partir da construção de enclaves são um processo bastante disseminado, ainda que não aconteçam sempre com a mesma obviedade que em São Paulo. Enclaves fortificados não são exclusividade paulistana. Em outubro de 1993, uma grande campanha de publicidade em São Paulo associou condomínios locais a enclaves em cidades norte-americanas. Essa campanha pretendia vender a idéia de uma *edge city* ("cidade de contorno") como forma de aumentar o apelo e o preço de certos enclaves. Um dos seus principais personagens foi Joel Garreau, jornalista americano que escreveu o livro *Edge city— Life on the new frontier*. Sua fotografia apareceu em anúncios de página inteira em revistas como *Veja* e nos mais importantes jornais paulistas quando viajou a São Paulo para falar a um seleto grupo de corretores de imóveis e apareceu num programa de televisão em que serviu de garoto-propaganda para três grandes empreendimentos imobiliários — Alphaville, Aldeia da Serra e Tamboré — que combinavam condomínios fechados, centros comerciais e complexos de escritório, apresentados como se fossem um pedaço do Primeiro Mundo caído no meio da região metropolitana de São Paulo.

A região rebatizada de *edge city* obviamente não foi criada a partir do zero, em 1993. A zona oeste, onde se localizam esses empreendimentos, é a parte da região metropolitana mais afetada pelas transformações das últimas décadas. Até os anos 70, consistia basicamente em zonas rurais ou periferias pobres. Desde então, empresários imobiliários que se beneficiaram com o baixo preço das terras e facilidades oferecidas pelas administrações locais têm investido pesadamente na área. Em quinze anos, construíram grandes empreendimentos murados para moradia adjacentes a complexos de escritórios, centros de serviços e *shopping centers*. A área teve uma das mais altas taxas de crescimento populacional da região metropolitana durante a década de 80, um período em que a mesma taxa caiu para a cidade de São Paulo. Como os seus moradores são na maioria das classes média e alta, hoje essa região tem uma concentração de habitantes de alta renda que, antes dos anos 80, podia ser encontrada



apenas nos bairros centrais de São Paulo (Metrô, 1989). Em outras palavras, essa área representa claramente a nova tendência de deslocamento de moradores abastados e de serviços e comércio para a periferia da região metropolitana e áreas de acesso controlado. A campanha de 1993 usou imagens que já vinham se repetindo há anos na propaganda de imóveis de condomínios fechados nos jornais, mas lhe deu um toque de novidade ao batizar o produto de "*edge city*".

O citado programa de televisão, exibido em São Paulo num sábado, 16 de outubro de 1993, pela TV Manchete, ilustrava tanto as conexões com o modelo do Primeiro Mundo quanto as peculiaridades locais. Combinava cenas de *edge cities* americanas (Reston, Virgínia, e Columbia, Maryland) e dos três empreendimentos anunciados em São Paulo. No programa, Garreau — falando em inglês com legendas em português — descreveu as *edge cities* como a forma predominante do crescimento urbano contemporâneo e usou Los Angeles e sua forma multicentrada como exemplo. O programa deixou entrever diferenças significativas na maneira de apresentar *edge cities* brasileiras e americanas. Moradores dos enclaves nos dois países foram entrevistados em frente a piscinas, lagos e áreas verdes, enfatizando o caráter tanto luxuoso quanto antiurbano dos empreendimentos. Entretanto, se as *edge cities* americanas têm muros externos (em geral não têm) e controle nos portões de entrada, não são mostrados e nem o pessoal de segurança está visivelmente presente. No caso paulista, ao contrário, são cruciais e enfatizados. O programa mostrou ainda uma cena filmada de um helicóptero: seguranças privados de um condomínio interceptam um "carro suspeito" (uma kombi) fora dos muros do condomínio e revistam os ocupantes, que são forçados a ficar de costas e com as mãos para cima, apoiados no carro. Embora esta ação seja ilegal, pois efetuada por um serviço de segurança privado numa rua pública, cumpre uma função clara: juntamente com as cenas de visitantes submetendo seus documentos de identidade nos portões de entrada, reafirma aos moradores ricos (e espectadores) que pessoas "suspeitas" (pobres) permanecerão do lado de fora. Outra cena reveladora é uma entrevista em inglês com um morador de uma *edge city* americana, que cita como um dos motivos para se mudar para lá o fato de que gostaria de viver numa comunidade racialmente integrada. Esta observação é adulterada nas legendas em português, em que se lê que sua comunidade tem "muita gente interessante" — em São Paulo, a imagem de um condomínio com moradores negros certamente não lhe tornaria atrativo às elites<sup>10</sup>. Para as classes altas paulistas, os modelos do Primeiro Mundo são bons na medida em que podem ser adaptados para incluir o controle completo (especialmente dos pobres) e a erradicação da heterogeneidade racial e social. Apesar disso, a contraposição dos exemplos americano e brasileiro sugere que o grau de segregação, embora possa variar em diferentes contextos e se expressar em diferentes dialetos, está presente nos dois casos de forma semelhante. Vale a pena, então, investigar as características mais gerais dessa nova forma de segregação e seus efeitos na organização da vida pública.

(10) Embora ainda haja quem goste de pensar a sociedade brasileira como uma "democracia racial", qualquer leitura dos indicadores sociais disponíveis demonstra uma profunda discriminação contra a população negra. Por exemplo, um estudo recente de Lopes (1993) sobre pobreza urbana mostra que 68% dos domicílios urbanos abaixo da linha de indigência têm chefe negro ou pardo, enquanto chefes negros ou pardos são encontrados em apenas 41% do total dos domicílios urbanos.

**Ataque ao espaço público moderno**

Os novos enclaves residenciais para as classes média e alta, associados aos *shopping centers*, complexos de escritórios e outros ambientes com controle privado, representam uma nova forma de organizar diferenças sociais e criar segregação em São Paulo e em muitas outras cidades do mundo. As características dos enclaves paulistas que viabilizam suas intenções segregacionistas podem ser resumidas em quatro pontos. Primeiro, eles usam dois instrumentos para explicitamente criar separação: barreiras físicas, como grades e muros, e grandes espaços vazios que criam distância e desencorajam a aproximação de pedestres. Segundo, como se muros e distâncias não fossem suficientes, a separação é garantida por sistemas privados de segurança: controle e vigilância são condições para a homogeneidade social interna e o isolamento. Terceiro, os enclaves são universos privados voltados para dentro; seu desenho e organização excluem gestos em direção à rua. Quarto, pretendem ser mundos independentes que proscvem a vida exterior, avaliada em termos negativos. Eles não se subordinam nem às ruas e ao espaço público, nem a instituições e edifícios circundantes. Em outras palavras, a relação que estabelecem com o resto da cidade e sua vida pública é de evitação; dão-lhes as costas. Assim, com a sua proliferação, as ruas públicas tornam-se espaços para a circulação das elites em seus automóveis e dos pobres a pé ou em transporte coletivo. Andar nas ruas vai se tornando um sinal de classe em muitas cidades ou zonas urbanas, uma atividade que as elites estão abandonando. Para estas elites, não apenas as ruas deixam de ser espaços de sociabilidade, como também é necessário assegurar que a vida das ruas, com sua heterogeneidade e imprevisibilidade, fique fora de seus enclaves.

Os enclaves privados e a segregação que eles produzem negam muitos dos elementos básicos que constituem a experiência moderna da vida pública: a primazia das ruas e sua abertura; a circulação livre de multidões e veículos; os encontros impessoais e anônimos entre pedestres; o lazer e os encontros públicos em ruas e praças; e, sobretudo, a presença de pessoas de diferentes origens sociais circulando e observando os que passam, olhando as vitrines, fazendo compras, freqüentando cafés ou bares, tomando parte em manifestações políticas ou usando os espaços que foram durante muito tempo desenhados especialmente para o entretenimento das massas (passeios públicos, parques, estádios, pavilhões de exposições)<sup>11</sup>. Os novos empreendimentos em cidades como São Paulo criam espaços fechados e murados que contradizem tanto o protótipo da reforma urbana moderna, aquela do barão Haussmann, quanto elementos básicos da concepção moderna de vida pública. Embora a reforma urbana empreendida em Paris no Segundo Império sob a inspiração de Haussmann tenha sido duramente criticada, ninguém nega que os novos bulevares foram rapidamente apropriados por massas de pessoas interessadas em usufruir tanto a vida pública das ruas, protegidas pelo anonimato, como as emergentes

(11) São inúmeras as análises das várias dimensões da experiência moderna da vida urbana. Por exemplo: Benjamin, 1969; Berman, 1982; Clark, 1984; Harvey, 1985; Holston, 1993; Rabinow, 1989; Schorske, 1961; Sennett, 1974; Vidler, 1978.

possibilidades de consumo. O *flâneur* descrito por Baudelaire e o consumidor das novas lojas de departamento tornaram-se símbolos da apropriação moderna do espaço público urbano, ao mesmo tempo que a Paris dos bulevares tornava-se o protótipo da cidade moderna.

No cerne da concepção de vida pública urbana incorporada na Paris moderna estavam as noções de que o espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um e de que a sociedade de consumo que ele abriga pode tornar-se acessível a todos. É óbvio que este nunca foi exatamente o caso, nem em Paris nem em nenhum outro lugar, já que as cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder. Apesar dessas desigualdades, as cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura, sobretudo no que diz respeito à circulação e ao consumo. Esses sinais contribuíram para manter o valor positivo associado à idéia de um espaço público aberto, acessível a todos e a qualquer um.

Essas experiências urbanas modernas foram acompanhadas por uma vida política na qual se forjaram valores semelhantes, e cujo desenvolvimento os novos espaços públicos ajudaram a forjar. As cidades modernas têm servido de cenário para todo tipo de manifestação política. Na verdade, a promessa de incorporação à sociedade moderna incluía não só a cidade e o consumo, mas também a ordem política. As imagens da cidade moderna são análogas àquelas da ordem liberal-democrática, consolidada a partir da ficção do contrato social entre pessoas livres e iguais e que moldou a esfera política moderna. Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. No entanto, foi só depois de muitas lutas que as definições de quem poderia ser considerado "livre e igual" foram pouco a pouco expandidas. Tanto a cidade aberta e sem exclusões quanto a ordem política incorporando todos os cidadãos como iguais nunca existiram, mas seus ideais fundadores e suas promessas de incorporação mantiveram seu poder durante séculos, dando forma às experiências de cidadania e de vida urbana e legitimando a ação de vários grupos excluídos em suas reivindicações de incorporação<sup>12</sup>.

Em suma, as imagens de abertura, liberdade e possibilidade de incorporação que constituem a modernidade nunca foram totalmente concretizadas, mas também nunca perderam totalmente seu papel referencial. Em cidades como São Paulo e Los Angeles, entretanto, vários aspectos da experiência pública contemporânea estão contradizendo essas imagens. Um tipo de desafio aos conceitos básicos que as sustentam vem de algumas minorias que questionam o princípio liberal do universalismo, argumentando que o contrato social sempre foi concebido com base na exclusão de alguns e que os direitos de grupos minoritários só podem ser atendidos se forem abordados a partir de uma perspectiva da diferença ao invés da de igualdade<sup>13</sup>. Isto é o que se poderia chamar de um ataque positivo aos ideais liberais modernos: seu objetivo ainda é expandir os direitos, a liberdade e

(12) Uma poderosa imagem de incorporação progressiva aparece no clássico ensaio de T. H. Marshall (1965 [1949]) sobre o desenvolvimento da cidadania na ordem liberal. Para críticas recentes da visão otimista e evolucionista de Marshall, ver Hirschman, 1991, e Turner, 1992, o qual critica também a universalidade do modelo de Marshall.

(13) Esse argumento é especialmente claro na crítica feminista ao contrato social (por exemplo, Pateman, 1988) e à concepção de igualdade como algo que é idêntico ao invés de como algo que é equivalente (por exemplo, Eisenstein, 1988).

a igualdade, e para tanto busca desenvolver modelos que possam alcançar esses ideais de maneira mais efetiva. No entanto, as transformações que acontecem no espaço urbano representam um ataque de tipo diferente. Elas rejeitam os princípios de abertura e igualdade e tomam a desigualdade e a separação como seus valores. Enquanto os grupos minoritários criticam os limites das ficções liberais e buscam outros modelos que possam efetivamente garantir igualdade e justiça social, as transformações urbanas recentes constroem materialmente um espaço com valores opostos. Este novo tipo de forma urbana, incorporando princípios de desigualdade e acesso controlado, já molda a vida pública e as interações cotidianas de milhões de pessoas. A seguir, discuto com mais detalhes os instrumentos usados pelos enclaves para gerar segregação.

### **Instrumentos modernistas, espaços segregados**

Para atingir seus objetivos de isolamento, distanciamento e exclusão, os enclaves fortificados utilizam-se de alguns instrumentos de desenho que são, na verdade, instrumentos do planejamento urbano e da arquitetura modernistas. Vários efeitos do planejamento urbano modernista são similares aos dos novos enclaves, sugerindo a necessidade de olhar com mais cuidado para o que eles têm em comum. Um efeito surpreendentemente semelhante em ambos é o seu ataque às ruas como um tipo e um conceito de espaço público. No Brasil, Brasília cristaliza as intenções do modernismo internacional e exemplifica as transformações que seus planos geraram no espaço público. Na Brasília modernista, assim como em partes de São Paulo e de Los Angeles contemporâneas, o espaço urbano é concebido de modo a resultar na eliminação dos pedestres e conseqüentemente das anônimas e imprevisíveis interações em público que marcaram a Paris moderna. No entanto, se os resultados tendem a ser os mesmos, o projeto original do modernismo e o dos atuais enclaves são radicalmente diferentes. Vale a pena, então, investigar como projetos tão diversos acabaram produzindo efeitos semelhantes<sup>14</sup>.

A arquitetura e o planejamento urbano modernistas foram elaborados a partir da crítica às cidades e sociedades industriais, as quais pretendiam transformar mediante uma remodelação radical do espaço. A utopia modernista era clara: a erradicação da diferença social e a criação da igualdade numa cidade racional do futuro concebida pelo gênio do arquiteto vanguardista. Os ataques modernistas às ruas eram centrais para sua crítica ao capitalismo e para seu projeto de subversão dessa ordem. Os planejadores modernistas viam a "rua-corredor" (ou seja, a rua delineada por fachadas contíguas de edifícios) como um condutor de doenças e um obstáculo ao progresso, já que não poderia acomodar as necessidades da nova era da máquina. Mais ainda, a arquitetura modernista atacava a rua porque "esta constitui uma organização arquitetônica dos âmbitos privado

(14) Para uma crítica a Brasília e sua utopia modernista, bem como para uma análise dos ideais do planejamento urbano modernista e suas concepções do espaço público, ver: Holston, 1993, especialmente o cap. 4.

e público da vida social que o modernismo busca superar" (Holston, 1993, p. 111). Nas cidades capitalistas, as melhores expressões da organização dos âmbitos público e privado são a rua-corredor e seu sistema correlato de espaços públicos, incluindo calçadas e praças. Quando se usa a convenção sólido-vazio/figura-fundo para representar uma cidade industrial e suas ruas-corredores, obtém-se uma massa de construções privadas contíguas formando um sólido que funciona como um fundo contínuo em relação ao qual as ruas e espaços públicos são lidos como vazios figurais<sup>15</sup>. O planejamento e a arquitetura modernistas inverteram essas relações sólido-vazio/figura-fundo que serviram de base para a estrutura física das cidades ocidentais desde o século V a.C. Na cidade modernista, "as ruas aparecem como um vazio contínuo e os edifícios são figuras esculturais" (Holston, 1993, p. 130). Ao subverter o antigo código da ordem urbana, o planejamento modernista pretende e consegue apagar as distinções de representação entre o público e o privado e, conseqüentemente, impossibilita sua legibilidade. Quando todo e qualquer edifício — bancos, escritórios, apartamentos, igrejas — é escultural e todos os espaços são não-figurativos, então "a velha convenção arquitetônica que se usava para distinguir entre o privado e o público foi na verdade invalidada" (Holston, 1993, p. 141).

O planejamento urbano modernista aspirava transformar a cidade num único âmbito público homogêneo orquestrado pelo estado. Pretendia eliminar diferenças para criar uma racional cidade universal dividida em setores funcionais, como o residencial, de trabalho, recreativo, de transporte, administrativo e cívico. Brasília é provavelmente a materialização mais completa do novo tipo de cidade e de vida pública concebido pelo planejamento urbano modernista. Esse novo tipo de espaço urbano, entretanto, acabou se transformando no oposto do que pretendiam seus planejadores. Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil, não a mais igualitária (Telles, 1995). Ironicamente, os instrumentos do planejamento modernista, com pequenas adaptações, tornaram-se perfeitos para gerar desigualdade, não para erradicar diferenças (Holston, 1993). Ruas só para o tráfego de veículos, ausência de calçadas, fechamento e internalização das áreas de comércio e espaços vazios isolando edifícios esculturais e áreas residenciais são grandes instrumentos para criar e manter separações sociais. Essas criações modernistas transformaram radicalmente a vida pública não apenas em cidades como Brasília, mas em outros contextos e com intenções diversas. Nos novos enclaves fortificados, esses instrumentos são usados não para destruir espaços privados e produzir um espaço público total unificado, mas exatamente para destruir espaços públicos. Seu objetivo é alargar alguns âmbitos privados para que cumpram funções públicas, mas de maneira segregada.

Os enclaves fortificados contemporâneos usam basicamente instrumentos do planejamento modernista, mas com algumas adaptações notáveis. Primeiro, os muros circundantes: diversamente do planejamento modernista, como o de Brasília, onde as áreas residenciais não deveriam ter cercas ou muros, mas apenas ser delimitadas por vias expressas e espaços,

(15) Ver Holston (1993, cap. 4) para uma explicação dessa convenção e uma análise comparativa do espaço público entre cidades industriais e modernistas.

em São Paulo os muros são necessários para demarcar universos privados. No entanto, essa demarcação de propriedade privada não cria o mesmo tipo de espaço público (não-modernista) que caracteriza a cidade industrial. Uma vez que os universos privados são separados por vazios (como no desenho modernista) em vez de serem contíguos, não geram ruas-corredores. Mais ainda, e de novo como no desenho modernista, a circulação de pedestres é desencorajada e as novas áreas de comércio são mantidas longe das ruas. A segunda adaptação diz respeito aos materiais e formas de cada edifício. Aqui há duas possibilidades. De um lado, os edifícios podem ignorar completamente seu exterior, tratando as fachadas como se fossem a parte dos fundos, ou seja, desprovendo-as de qualquer elaboração. De outro, as fachadas despidas de tipo modernista podem ser evitadas em favor do ornamento, da irregularidade e do uso de materiais ostentatórios que exibem a individualidade e o *status* de seu proprietário. Esses edifícios rejeitam o vidro e a transparência do modernismo, sua intenção de revelar a vida privada. Em outras palavras, o novo estilo dos enclaves ressalta a internalização, a privacidade e a individualidade. Finalmente, as sofisticadas tecnologias de segurança garantem a exclusividade e a restrição de acesso aos edifícios já isolados.

Ao se analisar quais elementos da arquitetura e do planejamento urbano modernistas são usados e quais são modificados ou abandonados na nova forma urbana gerada pelos enclaves fortificados, chega-se a uma conclusão clara: os elementos mantidos são aqueles que destroem o espaço público e a vida social moderna (vias expressas — ou seja, ruas socialmente mortas —, construções esculturais separadas por vazios e desconsiderando o alinhamento das ruas, edifícios voltados para dentro); os elementos modificados ou abandonados são os que pretendem criar igualdade, transparência e uma nova esfera pública (fachadas de vidro, uniformidade no desenho, ausência de delimitação material como muros e cercas). Em vez de criar um espaço no qual as distinções entre público e privado desapareçam — tornando públicos todos os espaços, como pretendiam os modernistas —, os enclaves utilizam-se de convenções modernistas para criar espaços nos quais a qualidade privada é visivelmente reforçada e o público, um vazio sem forma tratado como resíduo, considerado irrelevante. Este foi o destino da arquitetura modernista e de seu "espaço totalmente público" em Brasília. No entanto, neste caso o resultado representa uma perversão das suas premissas e intenções iniciais. Exatamente o oposto ocorre em relação aos condomínios fechados e outros enclaves fortificados dos anos 80 e 90: seu objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, trazendo para seus espaços privados, construídos como ambientes socialmente homogêneos (e portanto excludentes), as atividades que anteriormente tinham lugar em espaços públicos (heterogêneos e em princípio não-excludentes).

Hoje, em cidades como São Paulo, não se encontram na produção do espaço gestos voltados à abertura e liberdade de circulação de todos a despeito de suas diferenças, nem um universalismo tecnocrático visando

erradicar diferenças. Ao contrário, encontramos um espaço urbano cuja antiga configuração moderna vem sendo fragmentada pela inserção de enclaves privados que são circunscritos e isolados (como mandam as regras modernistas), não se referenciam em qualquer ordenação externa (pública) e são totalmente voltados para sua própria organização interna. Os fragmentos fortificados não são concebidos em relação ao princípio de que construções individuais devem se subordinar a uma ordem pública legitimada por ideologias de abertura, uso comum do espaço público ou promessas de incorporação. A heterogeneidade é aqui levada mais a sério: os fragmentos expressam desigualdades irreconciliáveis, não apenas diferenças. Desprovidas de elementos que de fato erradicam diferenças, como fachadas uniformes e transparentes, as convenções arquitetônicas modernistas usadas pelos enclaves passam a garantir que mundos sociais diferentes se encontrem o menos possível no espaço urbano, ou seja, que pertençam a espaços distintos e separados.

Em suma, numa cidade de muros e enclaves como São Paulo o espaço público sofre uma profunda transformação. Percebido como mais perigoso, fraturado pelos novos vazios e enclaves, desprovido de seus antigos alinhamentos, privatizado com correntes que fecham as ruas e grades que encerram parques e praças, pontilhado por seguranças armadas, cães de guarda, guaritas e toda a parafernália para impor controle, excluir e restringir a circulação, o espaço público em São Paulo é progressivamente abandonado àqueles que não têm chance de viver, trabalhar e consumir em enclaves privados, internalizados e fortificados. Na medida em que os espaços para os ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço externo é deixado àqueles que são barrados nas suas portarias. Uma comparação com Los Angeles mostra que este novo tipo de segregação não é uma criação exclusiva de São Paulo e sugere algumas de suas conseqüências na transformação da esfera pública.

### São Paulo, Los Angeles

Comparada a São Paulo, Los Angeles tem uma estrutura mais fragmentada e dispersa<sup>16</sup>. São Paulo ainda tem um centro e vários bairros construídos sob a forma de ruas-corredores que, apesar de todas as transformações, ainda são intensamente usadas por pedestres durante o dia. A Los Angeles contemporânea é "polinucleada e descentralizada" (Soja, 1989, p. 208). A *downtown* Los Angeles, renovada recentemente, é apenas um dos centros econômicos e financeiros da cidade e não tem muita vida de rua: as atividades das pessoas estão contidas nos edifícios de escritórios e nas passarelas ou passagens subterrâneas que conectam os prédios, lojas, restaurantes e hotéis, sem que seja necessário usar as ruas<sup>17</sup>. O processo de fragmentação urbana de São Paulo pela construção de enclaves é mais recente que o de Los Angeles, mas já transformou as zonas periféricas e a

(16) Não é minha intenção fornecer um relato detalhado do padrão recente de urbanização de Los Angeles. Vou apenas indicar algumas de suas características que, por comparação com o processo de São Paulo, permitem levantar questões sobre as novas formas de segregação espacial que parecem ser generalizadas. Para uma análise de Los Angeles, ver: Banham, 1971; Davis, 1990; Soja, 1989 e 1992.

(17) Ver Davis, 1991, e Soja, 1989, sobre a importância da *downtown* Los Angeles na estruturação da região.

distribuição espacial de renda e de funções econômicas de forma semelhante àquela verificada na região metropolitana de Los Angeles. Para Soja (1989), esta última é uma região de vários centros marcada por uma urbanização suburbana (no sentido dos *suburbia* americanos). Ela resulta da confluência de uma série de processos: a expansão da industrialização pós-fordista de alta tecnologia; a exploração imobiliária baseada na construção de subúrbios residenciais de alta renda; a multiplicação de enormes *shopping centers* regionais e de ambientes programados para lazer (parques temáticos, Disneylândia); ligações a grandes universidades e ao Departamento de Defesa; a existência de bolsões de mão-de-obra barata, principalmente imigrante e ilegal. São Paulo apenas começa a expressar essa confluência de processos, mas a terceirização de sua economia e a redistribuição de serviços, comércio e residência das classes média e alta em direção às antigas periferias já são visíveis e começam a reestruturar seu espaço urbano.

Enquanto São Paulo expressa o processo de transformação econômica e dispersão urbana de Los Angeles de forma menos evidente, é muito mais explícita e exagerada no que diz respeito à criação e imposição de separações e ao uso de procedimentos de segurança. Enquanto bairros de classe média-alta como o Morumbi exibem uma multiplicidade infundável de muros, grades de ferro e seguranças armadas, o West Side de Los Angeles evita os muros e não vai além do uso de invisíveis alarmes eletrônicos e da alusão a serviços de segurança em pequenas placas anunciando "*armed response*"<sup>18</sup>. Enquanto as elites paulistas se apropriam claramente de espaços públicos — fechando ruas públicas com correntes e todo tipo de obstáculo físico, instalando guardas privados armados para controlar a circulação —, as elites de Los Angeles ainda demonstram respeito pelas ruas públicas. No entanto, comunidades cercadas que se apropriam de ruas públicas já estão surgindo em Los Angeles, e pode-se argumentar que seu estilo de vigilância mais discreto está em parte associado ao fato de que os pobres estão longe do West Side, enquanto no Morumbi eles moram nas favelas vizinhas aos condomínios fechados. Outro motivo deve certamente ser o fato de a polícia de Los Angeles — embora considerada uma das mais violentas dos Estados Unidos — ainda é muito eficiente e pouco violenta se comparada à de São Paulo<sup>19</sup>. Mas há outras diferenças. As classes altas paulistas dependem explicitamente dos serviços de um exército de empregados domésticos e não sentem vergonha em transformar o uso destes serviços em símbolos de *status*, que acabam até incorporados aos anúncios dos enclaves. Na *west* Los Angeles, embora esteja em aparente ascensão a dependência doméstica dos serviços de empregadas, babás e jardineiros, quase sempre imigrantes e sem documentos, o *status* associado ao seu uso ainda não virou tema da publicidade. Em São Paulo, onde o governo local tem sido eficiente em aprovar medidas que garantem a segregação, os moradores de classe alta ainda não organizaram nenhum movimento social importante com esse propósito. Em Los Angeles, porém, os moradores dos bairros ricos têm organizado poderosas associações de moradores que

(18) A expressão indica que a residência está conectada eletronicamente a uma central de segurança que envia um serviço armado assim que qualquer anormalidade é detectada.

(19) Ver Caldeira, "no prelo", cap. 4.



fazem *lobbies* junto às administrações municipais para estabelecer ou manter leis de zoneamento que garantam a continuidade do isolamento de seus bairros e sua inacessibilidade às populações de baixa renda (Davis, 1990, cap. 3).

Apesar das muitas diferenças, é claro que tanto em Los Angeles como em São Paulo as convenções do planejamento urbano modernista e as tecnologias de segurança são usadas para criar novas formas de espaço urbano e segregação social. Nas duas cidades, as elites estão se recolhendo em ambientes privados cada vez mais controlados e abandonando os espaços públicos modernos para os pobres. Como se poderia esperar, crescem também nas duas cidades os debates de planejadores e arquitetos em que os enclaves são freqüentemente criticados, mas também defendidos e teorizados. Em São Paulo, onde o modernismo foi dogma nas escolas de arquitetura e exerce grande influência até hoje, a defesa de construções muradas é recente e tímida, usando como argumentos apenas razões práticas, como o aumento das taxas de criminalidade e do número de sem-teto. Nesse contexto, os arquitetos tendem a falar de muros e dispositivos de segurança como males inevitáveis. No entanto, como o número de arquitetos e planejadores envolvidos na construção de enclaves de toda sorte é grande, é de se esperar que progressivamente adotem a perspectiva das elites para as quais desenham. Essas opiniões aparecem na imprensa, mas não consegui encontrar livros acadêmicos sobre o assunto<sup>20</sup>. Em Los Angeles, entretanto, o debate já gerou uma literatura acadêmica importante e tanto a crítica como o elogio da "arquitetura defensiva" já estão bem elaborados.

Um defensor do estilo arquitetônico dos novos enclaves é Charles Jencks. Ele analisa as tendências recentes da arquitetura de Los Angeles em relação a um diagnóstico da configuração social da cidade. Para ele, o maior problema de Los Angeles é sua heterogeneidade, que gera inevitavelmente um conflito étnico crônico e explica episódios como a revolta de Los Angeles de 1992 que se seguiu ao julgamento dos policiais envolvidos no espancamento de Rodney King (Jencks, 1993, p. 88). Como Jencks considera que a heterogeneidade é constitutiva da realidade de Los Angeles e compartilha um diagnóstico pessimista da situação econômica da cidade, a sua expectativa é de que a tensão étnica aumente, que o ambiente se torne mais defensivo e que as pessoas recorram a medidas de proteção mais diversas e antipáticas. Para Jencks, a adoção de dispositivos de segurança é inevitável, uma questão de realismo. Mais ainda, ele discute como essa necessidade está sendo transformada em arte por estilos arquitetônicos que metamorfoseiam os ríspidos materiais usados para a segurança em "sinais ambíguos de beleza inventiva e de 'não ultrapasse'" (p. 89) e desenham fachadas de costas para as ruas a fim de camuflar o conteúdo das casas. Para ele, a resposta ao conflito étnico é "arquitetura defensiva e realismo em relação a distúrbios sociais" (p. 89). O "realismo" estaria no fato de os arquitetos voltarem seu olhar para "o lado negro da divisão, do conflito e decadência e representarem algumas verdades desagradáveis" (p. 91), entre

(20) Nos últimos anos, vários artigos em jornais têm lidado com a questão de uma nova arquitetura da segurança. Por exemplo, o artigo "A arquitetura do medo domina São Paulo" (*Jornal da Tarde*, 30/09/91) informa que o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) estava promovendo reuniões para discutir a incorporação de elementos de segurança ao desenho não apenas de casas e apartamentos, mas também de parques e praças. De acordo com Pedro Cury, presidente do IAF, "hoje, somos obrigados a descampar praças e parques, e utilizar pequenas árvores para que se tenha visão de toda a área, impossibilitando assim ondas de assalto e violência". Recentemente, uma série de artigos ilustrou a proliferação de medidas como destruir marquises, instalar esguichos automáticos de água, colocar grades em escadas etc. para evitar que sem-teto possam dormir em áreas públicas protegidas. Ver, por exemplo, "Cerca em árvore pretende evitar mendigos". *Folha de S. Paulo*, 10/09/94.

as quais a de que heterogeneidade e conflito vieram para ficar e as promessas do *melting pot* não podem mais ser alcançadas. Nesse contexto, as fronteiras teriam que ser tanto mais claras quanto mais defendidas.

*Arquiteticamente, [Los Angeles] terá que aprender as lições da estética [...] de Gehry: como transformar necessidades desagradáveis como cercas de arame em sinais divertidos e ambíguos de seja bem-vindo/não ultrapasse, beleza/espaço defensivo... A arquitetura defensiva, embora lamentável como tática social, também protege os direitos de indivíduos e de grupos ameaçados (Jencks, 1993, p. 93).*

Jencks aponta a heterogeneidade étnica como causa dos conflitos sociais de Los Angeles e vê a solução na separação. Ele não está incomodado com que a intervenção de arquitetos e planejadores no espaço urbano de Los Angeles reforce a desigualdade social e a segregação espacial. Também não questiona as conseqüências dessas criações para a qualidade do espaço público e das relações políticas. Na verdade, sua admiração pela solução de dar as costas para a rua indica uma falta de preocupação com a manutenção das ruas públicas enquanto espaços que incorporam os valores de abertura e convivência de cidadãos independentemente de sua origem social.

Mas a arquitetura defensiva de Los Angeles também tem seus críticos, dos quais o mais famoso é Mike Davis, cuja análise sobre as transformações na esfera pública é especialmente esclarecedora. Para Davis (1990, 1991, 1993), a desigualdade social e a segregação espacial são características centrais de Los Angeles, e ele forjou a famosa expressão *Fortress L. A.* (literalmente, "L. A. Fortaleza") para se referir ao tipo de espaço defensivo que está sendo criado na cidade.

*Bem-vindo à Los Angeles pós-liberal, onde a defesa de luxuosos estilos de vida é traduzida numa proliferação de novas repressões no espaço e aos movimentos, reforçada pela ubíqua 'armed response'. Esta obsessão com sistemas de segurança física e, paralelamente, com o policiamento arquitetônico das fronteiras sociais tornou-se ozeitgeist da reestruturação urbana, a matriz narrativa do emergente espaço urbano dos anos 90. Vivemos em 'cidades-fortalezas' brutalmente divididas entre as 'células fortificadas' da sociedade afluyente e os 'locais de terror' onde a polícia combate os pobres criminalizados (Davis, 1990, pp. 223-24).*

Para Davis, a Los Angeles cada vez mais segregada e privatizada é o resultado de um claro plano das elites pós-liberais (ou seja, republicanos da

era Reagan-Bush), argumento que ele reitera na análise da revolta de 1992 (Davis, 1993). Falar da Los Angeles contemporânea é para ele falar de uma nova "guerra de classes no nível do espaço urbano" e demonstrar que

*a forma urbana está de fato assumindo uma função repressiva no rastro político da era Reagan-Bush. Los Angeles, de seu modo prefigurativo, oferece um catálogo especialmente inquietante das ligações emergentes entre a arquitetura e o estado policial americano* (Davis, 1990, p. 228).

A produção de Davis é marcada por uma indignação que se sustenta na riqueza de evidências por ele apresentadas sobre Los Angeles. No entanto, às vezes ele tende a reduzir processos sociais complexos a um cenário simplificado de guerra social que sua própria descrição contradiz. Embora tenda a encarar a realidade social como produto direto das intenções das elites, Davis elabora uma notável crítica da segregação social e espacial e associa a configuração urbana que ele vê surgir em Los Angeles aos temas cruciais da desigualdade social e de recentes opções políticas. Para ele, a "arquitetura-fortaleza" é uma realidade inevitável, mas que tem consequências profundas na maneira pela qual o espaço e as interações públicas são conformados.

No que diz respeito ao espaço público, São Paulo e Los Angeles têm muito em comum. Em ambas, a ordem pública criada pelos enclaves privados do estilo "defensivo" apóia-se na reprodução de desigualdade, isolamento e fragmentação. Neste contexto, a ficção do contrato social universal e os ideais de igualdade e direitos universais que legitimam a concepção moderna do espaço público desaparecem. Há que se perguntar, então, se já existe alguma outra ficção política que esteja organizando as desigualdades e diferenças, e qual seria a melhor maneira de conceber essa nova configuração, uma vez que o antigo modelo moderno vai perdendo seu valor explicativo. Se as diferenças sociais passam a ocupar o centro da cena, em vez de serem postas de lado por exigências universalistas e princípios igualitários, que tipo de modelo para o político é possível sustentar? Que tipo de ordem política corresponderá à nova esfera pública fragmentada? A democracia ainda é possível nessa nova esfera pública?

### **Esfera pública: desigualdades e fronteiras**

São inúmeras e flexíveis as maneiras pelas quais as pessoas atribuem significados aos espaços em que vivem, e infindáveis os fatores que influenciam suas leituras e seus usos desses espaços<sup>21</sup>. Entretanto, as cidades são também espaços materiais com relativa estabilidade e rigidez,

(21) Sobre este tema, ver De Certeau, 1984, parte 3.

espaços que conformam e restringem a vida das pessoas e determinam os tipos possíveis de encontros no espaço público. Quando se erguem muros, eles passam a constituir o cenário da vida pública, independentemente dos significados que as pessoas venham a lhes atribuir e das múltiplas "táticas" de resistência (De Certeau, 1984) que venham a usar para se apropriar do espaço.

Nas cidades em que os enclaves fortificados produzem segregação espacial tornam-se explícitas as desigualdades sociais. Nessas cidades, as interações cotidianas entre habitantes de diferentes grupos sociais diminuem substantivamente e os encontros públicos ocorrem principalmente em espaços protegidos e entre grupos relativamente homogêneos. O próprio tipo de espaço vai contribuindo para que os encontros públicos sejam marcados por seletividade e separação. Na materialidade dos espaços segregados, na construção de muros e fachadas defensivas, nas grades ao redor dos parques, mas também nas trajetórias cotidianas das pessoas nesses espaços, no seu uso do transporte coletivo, no seu modo de andar nas ruas e parques, no hábito de fechar os vidros dos carros ao se aproximar de semáforos ou de atravessar a rua ao avistar um grupo de sem-teto, fronteiras sociais vão sendo rigidamente construídas. Em cidades de muros, a travessia dessas fronteiras está sempre sob vigilância. Quando elas são transpostas, há agressão, medo e um sentimento de desproteção, há suspeita e perigo. Habitantes de todos os grupos sociais têm uma sensação de exclusão e restrição. Para alguns, a exclusão é óbvia, já que lhes é negado acesso a várias áreas e eles ficam restritos a outras. Mas mesmo os ricos habitantes dos enclaves sentem-se restritos; seu sentimento de medo os mantém distantes dos espaços que seu mapa mental da cidade cada vez mais identifica como perigosos.

A segregação urbana contemporânea é complementar à questão da violência urbana. Por um lado, o medo do crime é usado para legitimar medidas progressivas de segurança e vigilância. Por outro, a produção cada vez mais intensa de falas sobre o crime passa a ser o contexto no qual os habitantes geram e fazem circular estereótipos, classificando diferentes grupos sociais como perigosos e, portanto, como grupos a serem temidos e evitados. As falas cotidianas sobre o crime funcionam na base de elaborações sobre o bem e o mal e, ao alinhar os grupos sociais a um ou outro desses pólos simbolicamente irreconciliáveis, criam diferenças rígidas entre esses grupos, além de fazer aumentar o temor daqueles colocados no lado do mal. Essas falas contribuem para a construção de separações inflexíveis que são, nesse sentido, análogas aos muros que se multiplicam na cidade. Impõem fronteiras rígidas. Assim, uma das conseqüências de morar em cidades segregadas por enclaves e marcadas pelo medo do crime é que, ao mesmo tempo que diminui o contato entre pessoas de grupos diferentes, as diferenças sociais são percebidas com maior rigidez e a proximidade de estranhos é vista como perigosa. Em cidades de muros e medos, as desigualdades e as distâncias sociais são produzidas e reforçadas a cada passo.

## REFERÊNCIAS

- Banham, Reyner. *Los Angeles: The architecture off our ecologies*. Baltimore: Pelican, 1971.
- Benjamin, Walter. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1969.
- Berman, Marshall. *All that is solid melts into air*. New York: Penguin Books, 1982.
- Caldeira, Teresa P. R. *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press (no prelo).
- . "Building up walls: The new pattern of spatial segregation in São Paulo". *International Social Science Journal*, 147, 1996, pp. 55-66.
- . *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Caldeira, Teresa P. R. e Holston, James. *Citizenship, justice, law: Limits and prospects of democratization in Brazil*. Trabalho apresentado na conferência "Fault Lines of Democratic Governance in the Americas", Miami, North-South Center, 1995.
- De Certeau, Michel. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- Clark, T. J. *The painting of modern life: Paris in the art of Manet and his followers*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Davis, Mike. *City of quartz: Excavating the future in Los Angeles*. London: Verso, 1990.
- . "The infinite game: redeveloping downtown LA". In: Ghirardo, Diane (ed.). *Out of site: Social criticism of architecture*. Seattle: Bay Press, 1991, pp. 77-113.
- . "Who killed Los Angeles? Part two: The verdict is given". *New Left Review*, 199, 1993, pp. 29-54.
- Einsenstein, Zillah R. *The female body and the law*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). "Cortiços na cidade de São Paulo". São Paulo, 1994 (mimeo).
- Harvey, David. *Consciousness and the urban experience: Studies in history and theory of capitalist urbanization*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

No entanto, é óbvio que o espaço urbano não é a única fonte para a elaboração de diferenças sociais nas sociedades contemporâneas. De fato, há outras esferas nas quais as diferenças tendem a ser experimentadas de forma quase que oposta, oferecendo um contraponto importante à experiência do espaço urbano. Este é o caso das percepções forjadas por intermédio da intensificação das redes de comunicação de massa (por exemplo, notícias internacionais, canais internacionais de TV a cabo, documentários sobre todos os tipos de vida e experiência), dos movimentos em massa de populações, do turismo ou do consumo de produtos étnicos (alimentos, roupas, filmes, música). Nestes contextos, as pessoas têm acesso a mundos que não são originalmente os seus próprios e as fronteiras entre universos sociais diversos tornam-se mais permeáveis e são constantemente atravessadas.

A percepção e a experiência das diferenças sociais nas cidades contemporâneas podem ocorrer, portanto, de formas muito distintas e até opostas. Algumas domesticam as diferenças sociais, permitindo sua apropriação por vários tipos de consumidores. Outras experiências, como aquelas dos espaços urbanos emergentes marcados pelo medo e pela violência, intensificam as diferenças sociais e reforçam os sentimentos de distância e separação. Se o primeiro tipo de experiência pode atenuar fronteiras, o segundo as marca explicitamente. Os dois tipos constituem a esfera pública contemporânea, mas suas conseqüências para a vida pública e política são radicalmente distintas. Por um lado, as experiências que abrandam as fronteiras podem ainda ser conectadas aos ideais de igualdade da ordem liberal-democrática e servir de base para reivindicações de incorporação. Diferenças domesticadas e produzidas para serem consumidas não ameaçam os ideais universalistas e, ainda que de forma peculiar, acabam promovendo o contato entre pessoas de diferentes grupos. Por outro lado, as novas morfologias urbanas do medo dão novas formas à desigualdade, mantêm grupos separados e conformam uma nova sociabilidade que se opõe aos ideais do público moderno com suas liberdades democráticas. Quando se pratica a exclusão sistemática de algumas pessoas de certas áreas e quando não mais se supõe que diferentes grupos sociais devam interagir no espaço público, referências a princípios universais de igualdade e liberdade na vida social não são mais possíveis, nem mesmo como ficção. As conseqüências das novas práticas de separação e restrição para a vida pública são sérias: ao contrário do que pensa Jencks (1993), a arquitetura e o planejamento defensivos podem apenas promover o conflito em vez de preveni-lo, na medida em que tornam claras a extensão das desigualdades sociais e a falta de experiências e valores comuns.

Uma das condições necessárias para a democracia é que as pessoas reconheçam os membros de grupos sociais diferentes dos seus como concidadãos, isto é, como pessoas que têm os mesmos direitos. Se isso é verdade, é claro que as cidades contemporâneas segregadas por enclaves fortificados não são ambientes que gerem condições que conduzam à democracia. Antes, promovem a desigualdade e a sensação de que

Hirschman, Albert O. *The rhetoric of reaction: Perversity, futurity, jeopardy*. Cambridge: Belknap Press, 1991.

Holston, James. *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

———. "Autoconstruction in working-class Brazil". *Cultural Anthropology*, 6(4), 1991, pp. 447-465.

Jencks, Charles. *Heteropolis: Los Angeles, the riots and strange beauty of hetero-architecture*. London: Ernst and Sohn, 1993.

Lopes, Juarez Brandão. "Brasil 1989: Um estudo socioeconômico da indigência e da pobreza urbanas". *Cadernos de Pesquisa NEPP*, 25, 1993.

Marshall, T. H. "Citizenship and social class". In: *Class, citizenship, and social development*. New York: Doubleday, 1965 (1949).

Metrô (Companhia do Metropolitan de São Paulo). *Pesquisa O/D 87: Síntese das informações*. São Paulo, 1989.

Pateman, Carole. *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PNUD/Ipea (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, 1996.

Rabinow, Paul. *French modern: norms and forms of the social environment*. Cambridge: MIT Press, 1989.

Rocha, Sonia. "Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: balanço dos anos 80". *Boletim de Conjuntura Ipea*, 12, 1991.

São Paulo. Sempla - Secretaria Municipal de Planejamento. *Dossiê São Paulo*. São Paulo, 1995.

Sassen, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

Schorske, Carl E. *Fin-de-siècle Vienna: Politics and culture*. New York: Vintage Books, 1961.

Sennett, Richard. *The fall of public man: On the socialpsychology of capitalism*. New York: Vintage Books, 1974.

Soja, Edward W. *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical theory*. London: Verso, 1989.

diferentes grupos sociais pertencem a universos separados e têm demandas irreconciliáveis. As cidades de muros não reforçam a cidadania; antes, contribuem para sua erosão. Mais ainda, este efeito não depende do tipo de regime político nem das intenções dos que estão no poder, uma vez que a arquitetura dos enclaves impõe por si só uma certa lógica social que promove desigualdade e separação.

As discussões sobre cidades como Los Angeles, Londres ou Paris, isto é, cidades habitadas por pessoas das mais variadas origens culturais, normalmente evocam o tema dos limites da cidadania moderna baseada na filiação a um estado-nação. Seria possível repensar os parâmetros da cidadania nessas cidades e sugerir que o critério para a participação na vida política fosse o local de residência, e não o da nacionalidade. Mais ainda, seria possível argumentar, como muitos têm feito, que a participação política local a despeito da nacionalidade é cada vez mais necessária para tornar essas cidades habitáveis e para melhorar a qualidade de vida da população pobre, formada cada vez mais por imigrantes. O contraste entre esta visão política alternativa e a realidade das cidades fortificadas permite pelo menos duas conclusões, uma pessimista e outra mais otimista.

A pessimista diria que a direção da nova segregação e a extensão da separação social já alcançada tornam impossível o envolvimento de uma variedade de grupos sociais numa vida política em que objetivos e soluções comuns fossem negociados. Nesta visão, a cidadania nas cidades de muros perde seu sentido. A interpretação otimista, no entanto, consideraria que a mudança no critério de admissão à vida política e a conseqüente mudança de *status* de uma parte considerável da população gerariam um engajamento mais amplo na busca de soluções para problemas comuns que, potencialmente, poderia vir a reduzir as distâncias. Há muitos motivos para suspeitar de tal otimismo. Estudos sobre as associações de moradores em Los Angeles, por exemplo, apontam como a democracia local pode ser usada como instrumento de segregação (Davis, 1990, cap. 3). Entretanto, o crescimento de movimentos sociais em São Paulo e em várias outras cidades da América Latina depois de meados da década de 70 sugere um otimismo cauteloso. Se moradores excluídos percebem que têm direito à cidade, conseguem transformar seu bairro e sua cidade e melhorar a qualidade de suas vidas. O fato de os enclaves fortificados terem sido uma das contrapartidas desse processo não nos deve fazer abandonar completamente o relativo otimismo. Os muros vêm tornando cada vez mais explícitas a desigualdade e as distâncias sociais, mas não foram capazes de obstruir totalmente o exercício da cidadania nem de impedir os cidadãos pobres de continuar a expansão de seus direitos.

———. "Inside Exopolis: scenes from the Orange County". In: Sorkin, Michael (ed). *Variations on a theme parke: The New American City and the end of the public space*. New York: Noonday Press, 1992.

Telles, Edward. "Structural sources of socioeconomic segregation in Brazilian metropolitan areas". *American Journal of Sociology*, 100(5), 1995, pp. 1.199-1.223.

Turner, Bryan. "Outline of a theory of citizenship". In: Mouffe, Chantal (ed.). *Dimensions of radical democracy: Pluralism, citizenship, community*. London: Verso, 1992.

Vidler, Anthony. "The scenes of the street: transformation in ideal and reality, 1750-1871". In: Anderson, Stanford (ed). *On streets*. Cambridge: MIT Press, 1978.

Recebido para publicação em 6 de novembro de 1996.

Teresa Pires do Rio Caldeira é professora da Unicamp e ensina atualmente na Universidade da Califórnia. Já publicou nesta revista "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos?'" (nº 30).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 47, março 1997  
pp. 155-176

---

# ASSINE JÁ A SUA REVISTA

Aproveite a promoção.  
Assinando os tomos 11 e 12  
(1997) poderá adquirir os  
números anteriores que  
faltam para completar sua  
coleção por apenas R\$ 15,00  
cada exemplar. Assinale  
abaixo os números desejados:  
**Promoção por tempo limitado**

números disponíveis

- tomo 6 vol.2 n.2/94
- tomo 7 vol.3 n.1/95
- tomo 8 vol.3 n.2/95
- tomo 9 vol.4 n.1/96
- tomo 10 vol.4 n.2/96

revista estudos feministas

## A S S I N A T U R A (ANUAL)

2 números

Nacional .....	R\$ 40,00
Internacional .....	U\$ 40,00
Internacional (Institucional) .....	U\$ 60,00
Avulsos .....	R\$ 22,00

Envie este formulário preenchido com cheque nominal à **Fundação Universitária José**

**Bonifácio**, endereçado para **revista estudos feministas** IFCS/UFRJ

Largo de São Francisco, 1 sala 427 Centro 20051-070 - Rio de Janeiro - RJ Brasil

Tel.: (021)221-0341 r.403/(021) 252-5457 FAX: (5521)221-1470

Assinante:

Endereço:

Bairro:

Cidade

País:

Estado:

Telefone DDI:

CEP:

Fax: